

Nestor Goulart Reis
Maria Irene
Szmrecsanyi
Beatriz Piccolotto
Siqueira Bueno

h

OMENAGEM AOS 80 ANOS DO PROFESSOR NESTOR GOULART REIS FILHO¹

BREVE RELEITURA DOS PROJETOS POLÍTICOS BRASILEIROS DO PERÍODO 1910-1945

Nestor Goulart Reis

Em primeiro lugar, quero agradecer à professora Maria Irene Szmrecsanyi a iniciativa desta reunião, o diálogo, bem como a generosidade da homenagem.

A escolha da sala tem, para mim, um valor simbólico. Há exatamente 60 anos e um mês, passando pelo saguão, tive minha primeira aula como aluno desta Faculdade, nesta mesma sala. Anos depois, em janeiro de 1956, há exatamente 55 anos, voltava para iniciar minha carreira como professor. Aqui conheci meus melhores amigos.

Quero esclarecer também as razões de minha participação neste diálogo, que virou palestra, que virou conferência e, por minha vontade, volta agora a ser apenas um breve diálogo. Há algum tempo, a professora Maria Irene escreveu um texto, analisando vários de meus trabalhos. Muito me sensibilizou. Agora, retornamos ao assunto. O ponto de partida é um comentário seu, de a linha que reconhece, ao longo de meus trabalhos, ser a do nacionalismo. O comentário justifica uma volta cordial ao assunto. Em primeiro lugar, para lembrar que meu trabalho, nesta Faculdade, passou por três fases. Em cada uma delas foi fundamental o apoio recebido de diversos colaboradores e amigos, dos quais serei sempre devedor.

A primeira, a partir de 1956, como professor assistente da cadeira de arquitetura no Brasil. A seu conteúdo ligam-se as publicações mais antigas: *Evolução urbana do Brasil*, *Quadro da arquitetura no Brasil* e alguns trabalhos posteriores. No primeiro caso, tratando, sobretudo, de projetos oficiais. No segundo, das tipologias da arquitetura mais simples, quase sempre sem assistência técnica erudita, projetos de iniciativa da própria população, envolvendo, ao mesmo tempo, tradições urbanísticas e tradições arquitetônicas. A imagem de nacionalismo talvez venha das marcas desse compromisso funcional de professor de arquitetura no Brasil.

A segunda fase, a partir de 1962, foi a de organizador e primeiro professor da cátedra de História da Arquitetura Contemporânea e Evolução Urbana (hoje diríamos História da Urbanização e do Urbanismo). Foi a primeira cátedra nesse campo, em todo o Brasil. O desafio de sua organização era imenso. A essa fase se liga *Urbanização e teoria*, que aborda as mudanças nas formas de tecido urbano e na arquitetura contemporânea, entre 1945 e 1966.



¹ A homenagem ao professor Nestor foi realizada no dia 15/06/11, no Prédio Vila Penteadó, FAU-Maranhão.

Naquela época, com apoio do professor Lourival Gomes Machado, que implantou a grande reforma de 1962, tive o privilégio de contar com os primeiros colaboradores, então chamados, muito apropriadamente, de auxiliares de pesquisa. A simples menção dos nomes é suficiente para impressionar: Maria Irene Szmreszanyi, Rebeca Scherer, Maria Ruth Amaral de Sampaio, Paulo Júlio Valentino Bruna e Neide Patarra, aos quais se juntou, logo depois, Rodrigo Lefèvre. Dificilmente alguém poderia ter tido mais sorte. Registro aqui meus agradecimentos a eles e a todos os que me acompanharam e apoiaram até o presente, até Beatriz Bueno, Mônica Silveira Brito e outros mais novos. É uma lista muito extensa, que continua no presente.

Com essa equipe, demos início aos estudos sobre as origens da urbanização e sobre o processo de urbanização, da Antiguidade à sociedade industrial. Traduzimos dezenas de textos, que eram lidos e discutidos em seminários, no início da vida do Departamento de História, e estudados pelos alunos. Documentávamos e analisávamos as obras dos principais nomes da arquitetura contemporânea. E a professora Maria Irene, como todos nós, traduziu textos, como os de Max Weber, sobre a cidade.

Na terceira fase, depois da reforma de 1968, que subdividiu os temas do Departamento de História, concentrei-me na História da Urbanização e do Urbanismo, em seus aspectos mais gerais e nos problemas do Brasil. Os trabalhos mais recentes, sobre urbanização dispersa, cartografia urbana e o papel das grandes obras na estruturação do espaço urbano, respondem a essas responsabilidades funcionais. Mas os temas das fases anteriores não foram esquecidos. Para mim, é difícil ver muito nacionalismo em tudo isso.

De qualquer modo, o comentário da professora Maria Irene cria uma agradável oportunidade para dialogarmos sobre uma questão de método: qual o motivo de meu interesse, e de muitos e de meus colegas, pelas formas mais simples de arquitetura, de todas as épocas, no Brasil? Para explicar, talvez possamos lembrar a diferença das pesquisas sobre cultura popular, de 1940 a 1960, entre os que se ligavam aos estudos folclóricos, e os das equipes da Faculdade de Filosofia da USP e, é bom lembrar também, Mário de Andrade. Pareciam as mesmas Ciências Sociais, mas não eram.

Eis o ponto: nacionalismo e folclore no Brasil.

Pesquisas recentes nos permitiram estudar melhor o tema e selecionar um ou dois exemplos que parecem oportunos. Durante a Primeira República, destacavam-se algumas questões importantes, que são de nosso interesse, todas elas relacionadas à urbanização.

Em primeiro lugar, o crescimento rápido da população das principais cidades. Nelas, a presença de classes médias, buscando maior participação política. Em segundo lugar, a presença de massas trabalhadoras. Uma parte era composta por imigrantes europeus alfabetizados e politizados, com forte presença de lideranças anarquistas, atuando a partir de associações não-controladas pelo governo. A outra parte, composta por ex-escravos e seus descendentes.

Para tentar controlar essas novas forças políticas urbanas, as correntes mais conservadoras entre os republicanos foram buscar exemplos na França e nos países ibéricos. Era uma mistura de extrema direita, de nacionalismo, corporativismo, integrismo ou integralismo da ação francesa, de católicos de extrema direita, e ainda de fascismo, com militarização das relações políticas. Para controlar as massas, e sobretudo as classes médias, era preciso dar-lhes um papel na História, situá-las

como herdeiras de tradições, que as unissem ao redor de um “projeto nacional”. Era preciso estudar e valorizar os mitos e as tradições populares.

Considerando as dimensões do Brasil e o isolamento das regiões entre si, bem como os interesses das oligarquias regionais, a ação se dividiu em movimentos tradicionalistas regionais. Esses procuravam dialogar entre si, mas o projeto era o mesmo. Havia movimentos tradicionalistas de valorização do folclore, do Rio Grande do Sul e do Paraná ao Rio Grande do Norte; do Centro de Tradições Gaúchas a Câmara Cascudo, em Natal.

A festa começou cedo. Em 1915, a Sociedade de Cultura Artística de São Paulo organizou uma série de conferências oferecidas por Afonso Arinos de Mello Franco (o pai), sobre lendas e tradições brasileiras. Em algumas delas, contou com a presença de músicos e cantores populares de várias regiões do País. Eram músicas e danças populares e crenças religiosas do meio rural, das pequenas vilas e cidades. Eram festas tradicionais caipiras e sertanejas. Mas não eram as formas culturais dos trabalhadores urbanos das grandes cidades. Essas, frequentemente, eram reprimidas pela polícia. Em 1925, teve início o Movimento Regionalista do Nordeste, sob liderança de Gilberto Freyre, que explicou seus fundamentos em um livro denominado *Região e tradição*.

É preciso registrar que as posições das lideranças não eram muito estáveis, muito coerentes ou homogêneas. Euclides da Cunha, indo a Canudos, passou a defender os sertanejos. Gilberto Freyre defendeu a miscigenação, contra o racismo de Oliveira Viana. Monteiro Lobato passou a defender o caipira paulista. Muitos dos que participaram do movimento tradicionalista participaram também do movimento modernista, nos primeiros tempos. Os intelectuais de esquerda, com um ponto de vista diferente, também valorizavam formas de cultura popular. Seguindo outras correntes europeias, acreditavam que os processos de criação coletiva poderiam ser mais livres do que os dos profissionais atuantes no mercado. A sabedoria dos povos ágrafos precisaria ser registrada. As diferenças entre as correntes eram sutis. Depois, quando da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936/37, participantes de correntes opostas atuaram de forma integrada.

No caso de nosso campo específico, devemos lembrar que o interesse pela arquitetura colonial começou no início do século 20, como parte de um movimento de valorização das raízes e das tradições regionais. De um lado, como uma recusa ao cosmopolitismo de influência francesa dos primeiros anos do regime republicano, de sua arquitetura acadêmica ou eclética. Certamente, como uma afirmação nacionalista, na linha de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto. Seria uma corrente ao gosto dos tradicionalistas e dos regionalistas.

Era o caso dos estudos em que se amparava o movimento neocolonial, basicamente de caráter morfológico. Era uma corrente iniciada por líderes oligárquicos, como José Mariano, senhor de engenho pernambucano residente no Rio de Janeiro, e por Ricardo Severo, líder direitista português, residente em São Paulo.

Poderiam parecer movimentos localistas, mas, no Congresso Latino-Americano de Arquitetos, reunido no Chile em 1922, recomendava-se o estudo sobre a arquitetura colonial de cada país e o uso desse repertório, com a forma neocolonial. O projeto nacionalista não permitia reconhecê-lo, mas, na verdade, tratava-se de mais uma corrente internacional.

De outro lado, definia-se lentamente uma linha etnográfica, com uma perspectiva social da produção cultural, da qual o representante mais

característico foi, provavelmente, Mário de Andrade. Nesse caso, o interesse se voltaria, sobretudo, para as formas de arquitetura popular, no meio rural como no urbano, abrangendo todas as formas de espaço edificado sem caráter erudito.

Quando se criou o SPHAN, ali estavam reunidos representantes de todas as correntes, ainda que reconfiguradas. É em relação a essas correntes que nossas posições na FAU, ainda como estudante, a partir de 1948/1960, devem ser abordadas. Como é bem sabido, a posição dos arquitetos do SPHAN, em relação à arquitetura, era a de focalizar o passado colonial e a arquitetura moderna, ligando as duas experiências, ignorando as obras produzidas entre 1820/1850 e 1930, o período “maldito”.

Nossa posição, desde o início, foi outra. Seguindo os passos de Mário de Andrade, estudávamos a arquitetura de recorte não-erudito e, ao mesmo tempo, a arquitetura moderna, como forma de compreender as relações de projeto no passado e no presente, em sua objetividade. Aprendíamos a ler o espaço. Mas estudávamos também as obras do período então “maldito”, procurando aplicar a mesma objetividade. O que era, para alguns, uma opção estética, transformava-se em um método de estudo. Com esse método, estudávamos exemplos da arquitetura tradicional portuguesa, da espanhola, como a dos gregos na Antiguidade, a do Brasil colonial, como a do início do século 20, a oficial, mas, sobretudo, a anônima, a do conjunto da população.

O mesmo pode ser dito em relação às formas da urbanização. O que estudávamos eram os processos, em sua longa duração, como em momentos e locais particulares, de interesse especial. Acreditamos que nossa geração partiu do estudo de momentos considerados como privilegiados, para chegar a uma visão de processo. Esse não foi um trabalho individual, mas os resultados dos esforços de toda uma geração.

A professora Maria Irene, como os outros colegas, poderão, certamente, fazer uma leitura diferente. É o que nos permitirá a continuidade e a renovação desse diálogo, em outra oportunidade.

Muito obrigado pela presença e pela paciência. Prometo não continuar por mais 60 anos.

Nestor Goulart dos Reis Filho

Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em 1955, e sociólogo pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 1962. Docente ativo na FAU, de 1956 a 2001, professor titular em 1964, desde a aposentadoria, leciona na pós-graduação e trabalha no Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), criado em 1992. Dirigiu a FAU duas vezes, foi vice-presidente da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (Emurb), conselheiro e presidente do Condephaat, presidente da Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura (Abea), membro do Conselho Universitário da USP, criador da Comissão de Patrimônio Cultural da USP (CPC) e seu primeiro presidente. Atualmente membro do Conselho do Iphan e autor de diversos livros sobre história da urbanização, área de conhecimento por ele consolidada em nosso País. Suas áreas de pesquisa abrangem estudos sobre urbanização contemporânea, metropolização e dispersão urbana; história e teoria da urbanização, do urbanismo e da arquitetura; preservação do patrimônio cultural.
ngreis@usp.br

PROFÍCUOS 80 ANOS: ASPECTOS DA OBRA INICIAL DE NESTOR GOULART REIS FILHO

Maria Irene Szmrecsanyi

É com grande alegria que vejo reunidos nesta sala, depositária de tantas tradições da FAUUSP, os amigos de Nestor que vieram abraçá-lo, por seus profícuos 80 anos. Está aqui reunida uma boa amostra da comunidade em meio à qual ele vem trabalhando, desde os anos 50, ou seja, por toda uma vida. Quero homenageá-lo, destacando alguns aspectos de sua produção nos anos 60, quando tive a oportunidade de acompanhar, como auxiliar de pesquisa, a elaboração de sua tese de livre-docência *Evolução urbana do Brasil – 1500-1720*, defendida em 1964; a redação do conjunto de artigos para suplemento literário de *O Estado de S. Paulo*, coletados depois no livro *Quadro da arquitetura no Brasil*, publicado em 1970; e a tese de cátedra, *Urbanização e teoria*, de 1967. Tratarei, portanto, do momento originário da obra do autor, retomando pontos de um longo artigo, publicado na revista *Desígnio*¹, que escrevi por ocasião da edição do catálogo da belíssima exposição *Imagens de cidades e vilas do Brasil colonial*, celebrativa dos 500 anos do Descobrimento, que Nestor fez realizar no ano 2000, no MASP, com material iconográfico recolhido desde o preparo de sua livre-docência.

Há uma afirmativa tese, nesse meu artigo, que cito a seguir:

As formas esquemáticas dos desenhos [apresentados na exposição], geralmente técnicos, não impedem que a subjetividade do olhar do artista se manifeste, conduzindo o espectador, racional e emocionalmente, às origens socioculturais do Brasil, na época colonial. Imagens, às vezes toscas, às vezes requintadas, sempre reveladoras da onipresente supervisão metropolitana, que exumam raízes plantadas no solo urbano e, com isto, redefinem a visão consagrada de que o meio agrário constituiu o berço da nacionalidade."

Anteriormente, eu já colocara essa ideia² e, no referido artigo, defendo-o melhor do que posso fazer agora. O que tentarei, hoje, é sintetizar como ele obtém essa redefinição e apontar alguns outros conteúdos originais desses primeiros trabalhos, lembrando sempre que o alcance de suas posições deriva de sua formação ampla, conjugando o curso de Arquitetura e Urbanismo com o de Ciências Sociais, ambos na USP, e muitas leituras em geografia e história do País.

Os objetivos declarados de *Evolução urbana do Brasil* são, primeiro, demonstrar que houve ordenamento espacial planejado dos núcleos urbanos, na colônia portuguesa na América, desde seus primórdios – o que contrariava, em boa parte, a consagrada interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, de nossas cidades formadas como por sementes soltas ao vento³ – e, segundo, nos dois séculos iniciais da Colônia, sua urbanização, compreendendo a configuração das

¹ SZMRECSANYI, Maria Irene. Percurso através da imagem: teoria e método na historiografia urbanística de Nestor Goulart Reis Filho. *Desígnio, Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo n. 3, p. 127-144, 2005. Também publicado em: *América Latina en la Historia Económica*, México, DF: Instituto Mora, n. 21, p. 91-117, 2004.

² Id., A contribuição de Caio Prado Jr. aos estudos de urbanização. In: D'INCAO, M. A. (Org.). *História e ideal*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³ HOLANDA, Sergio Buarque de. O ladrilhador e o sementeiro. In: *RAÍZES do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

idades e vilas, mais a estruturação da rede de núcleos, avançou não só fisicamente, como em seu papel político. Para atestar o sucesso na empreitada, basta lembrar que o eminente historiador Buarque, membro da banca que examinou o trabalho, atribuiu-lhe nota máxima.

Para provar o que defende, Nestor recorre à análise tanto de documentos iconográficos como das atas das câmaras municipais de vereança, estudando os alinhamentos de ruas e quadras, a fisionomia de prédios, os usos dos espaços públicos, além das posições da vereança. Essa busca de fundamentação empírica diversificada resulta de uma abordagem diferente da dos estudos urbanos históricos ou geográficos particularistas, predominantes no período, pois ele não só está interessado em descrever dinamicamente a formação da estrutura material de nossas vilas e cidades, como em entender as causas de sua evolução, a partir de teorias de alcance social, em uma visão integradora da estrutura de classes, da economia, da política e da cultura. Exemplos das questões suscitadas por essas teorias subjacentes aos citados trabalhos de Nestor compreendem, entre outros, problemas como o dos efeitos dinâmicos do excedente do campo extraído pela cidade, o significado do escravismo para a construção e manutenção dos núcleos urbanos, ou as mudanças de sentido ideológico da dominação metropolitana sobre os colonos.

⁴ Vieira.

Completo esse ponto, lembrando que, em aulas que ministramos juntos, muitas vezes escutei Nestor reafirmar aos alunos “História é teoria”, o que interpreto como querendo dizer que os dados não falam por si só, e também o trabalho historiográfico não pode se limitar ao relato de casos, devendo-se reconhecer que, em cada caso relatado, há uma dose de generalização a delimitar o que é descrito, e sua interpretação é conduzida por hipóteses advindas de formulações lógicas, fermentadas pelo contato com o material empírico.

A questão da história me conduz a um outro ponto metodológico. Abarcando cerca de dois séculos e postulando, no próprio título, que nesse período se evoluiu em termos de urbanização, a primeira tese de Nestor teve de aprofundar-se no dinamismo da transformação histórica. Nestor se manteve alerta para a dificuldade de encontrar meios suficientes para captar, em processo, as forças que constituem e moldam a mudança social. Sob influência da chamada “Escola Paulista de Sociologia” e de um momento de grande prestígio internacional do marxismo, buscou entender e aplicar o método dialético, em contraposição a uma postura funcionalista, predominante na sociologia norte-americana, cujo vício seria o de tender a captar apenas as tendências de reprodução do *status quo*, levando a uma visão estática, incompatível com o tratamento de um sistema social, por período tão longo quanto o que escolhera. As dificuldades teórico-metodológicas não foram poucas, e ousou dizer que Nestor foi dialético sem o saber, não se deixando envolver por um entendimento mecânico da dialética, mantendo-se preocupado em caracterizar agentes com objetivos conflitantes, encaminhando a polarização de tensões coletivas e, por meio dessas, à mudança.

Exemplifico como se manifesta, na interpretação de processos, a aplicação da dialética. A questão do escravismo, colocada como essencial para entendimento da história do País por inúmeros autores, entre os quais Caio Prado Jr., um dos que mais influencia Nestor –, comparece em *Evolução...* como condição e negação da cidade: os escravos, como “pernas e braços dos senhores”⁴ são base do funcionamento dos núcleos urbanos, mas a cidade, sendo o ponto de reunião e sociabilidade dos senhores, é oposta a eles, o campo, o eito, seu lugar

por excelência. Por outro lado, no eito rural também é extraído o sobretrabalho, que, incorporado ao açúcar vendido na Europa, alimenta ali a diversificação de mercados, de ocupações e, assim, a urbanização. Vê-se, nesse último ponto, as influências cruzadas de Marx, no conceito de sobretrabalho, e ainda a do keynesiano Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, livro no qual defende que a quase totalidade do valor produzido na Colônia, onde quase não circula dinheiro, segue para realização monetária na Europa e fica ali retido.

O último exemplo de dialética que escolho se expressa quando Nestor aborda a cidade colonial enquanto comunidade política – cerne do conceito weberiano de cidade, ao realçar, na Europa do Norte, sua coesão interna enquanto grupo, e oposição ao mundo feudal exterior. Esse ponto é utilizado por Nestor para captar tensões na relação dominantes-dominados e, inclusive, demarcar o fim do período histórico tratado pela tese.

O ano de 1720 presenciou a revolta nas cidades mineiras do ouro, que levou à condenação à morte de Felipe dos Santos, e foi o escolhido por Nestor para encerrar, na tese, seu exame da urbanização colonial. O esartejamento desse líder simboliza a desarticulação de interesses entre metrópole e colônia, ou melhor, entre os portugueses do Brasil e os portugueses no Brasil, além de os da Ibéria. A contradição, entre o português, vindo ao Brasil para retornar quando “rico”, e o colono aqui nascido, ao perceber os próprios interesses localmente arraigados, sentindo-se capaz de decidir seu destino junto de seus iguais e arrogar-se o direito exclusivo da apropriação do trabalho escravo, fica patente, embora ainda não dominante. Compreende-se, dessa forma, que a ideologia colonialista fraquejava no seio da colonização, e o processo político evoluiu nas cidades e pelas cidades, encaminhando-se para a formação progressiva da nacionalidade, mesmo em uma terra à qual faltava o povo.

Para finalizar, aponto que a preocupação teórica de Nestor, manifesta nos exemplos acima, levou-o depois a defender o título de catedrático, com a tese *Urbanização e teoria*, na qual foi em busca de um maior ajustamento entre o pensamento espacial e o social. O entendimento do valor dessa iniciativa ficou mais claro, logo em seguida, com as proposições de Henri Lefèvre e de Manuel Castells, procurando forjar uma visão do urbano integrada no mesmo sentido.

Para bom andamento dessa festa, não há mais tempo para apresentar outros importantes aspectos que desenvolvo no artigo já citado. Creio que vale a pena lê-lo, para melhor apreciar a relevância das colocações de Nestor, às vezes não bem entendidas. Por ora, é importante fixar que elas nos levam a compreender que a História não é um acessório ilustrativo que abre análises ou projetos espaciais, quase sempre belos, mas nem sempre justos, porque apriorísticos ou ignorantes em relação aos processos formadores do meio e do tempo aos quais se aplicam. Não é possível tratar acertadamente com mudanças e continuidades, sem entender as condições que as produzem. A contribuição de Nestor à área da arquitetura, do urbanismo e – como ele prefere – ao estudo da urbanização, vista de forma integral, espacial e socialmente, merece bem mais do que estas poucas palavras, as quais, de toda forma, procuram realçar o proveito o qual, desde o início, trouxe-nos seu empenho acadêmico.

REFERÊNCIAS

- REIS FILHO, Nestor Gulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- . *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- . *Vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2000.
- . *Urbanização e teoria*: contribuição ao estudo das perspectivas atuais para o conhecimento dos fenômenos de urbanização. Tese (Concurso da Cátedra n. 22, História da Arquitetura II) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967.

Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsanyi

Possui graduação em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo, mestrado em Sociologia e Ciência Política, na Graduate Faculty of Political and Social Sciences – New School for Social Research (1967), doutorado em Sociologia, pela Universidade de São Paulo, e pós-doutorado na Universidade de Oxford. É docente e orientadora dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. É diretora editorial da revista *Designio* (FAUUSP; Annablume) e da coleção *Arte e Vida Urbana* (Hucitec). É também docente do curso de graduação em Design, da FAUUSP, desde sua inauguração, em 2006. Dirige o grupo de pesquisa, credenciado pela Reitoria USP e pelo CNPq, intitulado “Da sociedade moderna à pós-moderna: continuidades, mudanças, conflitos”.
mirenesz@usp.br

O MESTRE, O PESQUISADOR E A OBRA: OS ANOS RECENTES (1989-2011)

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Falar do mestre, do pesquisador, do homem público e da obra colossal do professor Nestor Goulart Reis Filho não é tarefa fácil. Vou comentar menos as origens, e mais as últimas duas décadas, que tive o privilégio e o prazer de compartilhar.

Conheci o professor Nestor na sala de aula, em 1988, por ocasião de um salutar intercâmbio que, junto de duas amigas, iniciei entre a FAU e o Departamento de História da Arquitetura e Estética, do Projeto (AUH) da USP, por conta própria, com entusiasmo estimulado por ele: “É assim que deve ser na Universidade”. Com fala rápida, sempre gravada, a aula transcorria sobre São Paulo na Primeira República, articulando atores diversos, projetos, desígnios individuais e de grupos, em um frenesi de informações, fáceis de captar pela clareza da exposição, mas de uma riqueza inestimável para uma simples graduação. Trata-se, como sempre, de aulas que não se reduzem a reeditar versões anteriores, ou mimetizar discursos prontos de outros autores, rica na formulação de ideias novas, embriões de futuros livros, daí o recurso à gravação.

O segundo encontro foi na rampa da FAU. O professor, certamente, não se lembra, mas, após longa greve, em plenas férias de janeiro, em uma rotina habitual de raras ausências na faculdade, subia ele, muito elegante – de terno azul marinho, calça cáqui e gravata, tal como um *scholar* das universidades estrangeiras, dirigindo-se ao Departamento de História, onde iniciara nova fase de profícuas pesquisas. Devido ao seu carisma e simpatia em sala de aula, senti-me à vontade para lhe dirigir a palavra e solicitar dicas de bibliografia, para o trabalho final da disciplina “Estudos de Urbanização I”, mencionando, sem o saber, três palavras mágicas que lhe roubaram a atenção e fizeram brilhar os olhos: Lourival Gomes Machado (amigo e incentivador), o século 18 e documentos antigos. As palavras ensejaram o convite para uma conversa mais longa, que logo se seguiu de outro para estagiar. Desde então, nunca mais deixei a FAU sem, no entanto, ter cursado a graduação, à exceção de quase todas as disciplinas do AUH.

O momento era, de fato, muito propício. Após os anos de ingresso na atividade docente na FAU (1956)¹, imediatamente após a conclusão da graduação (1955), das teses de livre-docência² (1964) e cátedra³ (1967), nos anos 70 e parte dos 80, o professor Nestor foi conselheiro e presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), por duas vezes diretor da FAU e, em seguida, vice-presidente da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (Emurb), atividades que lhe roubaram anos de pesquisa, no final da década de 1980, em franca retomada.

Antes de comentar seu percurso desde então, creio ser oportuno fazer algumas digressões, com intuito de situar o debate.

Nas décadas de 1950 e 1960, em plena fase de metropolização de nossas cidades e de planos estratégicos para o Brasil (*Plano de metas*, de Juscelino Kubitschek, e Brasília), parece-me que uma pergunta motivara seu olhar: soluções de projetos, de atitudes de planejamento, de decisões de poder ou de investimento, em tempos recuados de nossa história, nos quais não pareciam existir, dada a pouca ênfase conferida, até então, em nosso Brasil urbano. Como dizia Lucien Febvre, “*a História é filha de seu tempo*”⁴, e o olhar do investigador, sempre inspirado por questões do presente. Em tempos de redescoberta do Brasil por toda uma geração de intelectuais⁵, era oportuno que um de seus membros atentasse para o Brasil urbano, desde sempre existente, mas diluído em uma narrativa que insistia em ignorá-lo, em meio ao ruralismo predominante. Não se trata de nacionalismo, mas de explicar o Brasil em seus próprios termos, sem perder de vista a inserção de nossos atores sociais e de nossa rede de cidades no sistema urbano internacional, condição dada desde o passado colonial. Na verdade, não se tratava, inclusive, de uma peculiaridade brasileira, pois os desafios de um mundo em processo de urbanização acelerado, igualmente, instigavam a atenção de pesquisadores europeus e norte-americanos, cujos textos inaugurais sobre história das cidades ou história urbana⁶ foram escritos a partir das décadas de 1950⁷ e 1960⁸. Nesse sentido, essa área do conhecimento era nova, tanto lá como cá.

A formação em sociologia (1959-1962) refinou-lhe o olhar e as indagações, ampliando-lhe o escopo e o grau de problematização. A busca das lógicas de projetos implicava em atentar tanto para os oficiais como para os extraoficiais, assinados ou anônimos, desenhados ou não, descortinando os desígnios que lhes conferiram existência e sentido, bem como os embates e alianças entre sujeitos. A meu ver, esse parece um dos fios condutores de sua obra monumental, subentendido no conceito de “história da urbanização”, por ele cunhado, em oposição ao estático “História das Cidades”, ou ao reduzido escopo da “História do Urbanismo”, objetivando “*estudar não apenas o urbanismo (isto é, os espaços projetados como uma forma de intervenção erudita e evidente), mas todos os espaços produzidos pela urbanização como processo social*”⁹. Sob esse prisma, construiu-se sua obra subsequente.

A teoria incluiu gente em um cenário estático, árido e formalista, predominante nos primeiros tempos da história do urbanismo¹⁰, e veio acompanhada, desde o início, de uma metodologia igualmente inédita, oriunda de um olhar empírico acurado, que nunca abriu mão das imagens, seja como registro fotográfico do próprio autor e ferramenta de trabalho, seja como representação de outros tempos. Historiador e arqueólogo de ofício, e não de profissão, o professor Nestor sempre partiu da análise empírica, para formular e alinhar suas teorias, investigando com olhos de águia as lógicas das relações sociais, amalgamadas nos vestígios materiais da paisagem, do território e do espaço intraurbano, buscando explicar-lhes as motivações, conceituá-las e significá-las em seus próprios termos. Ensaçadas desde o *Quadro da arquitetura no Brasil*¹¹ (1970), categorias de análise do território e do tecido urbano foram refinadas, para dar conta de fenômenos contemporâneos cada vez mais complexos.

Essa linha teórico-metodológica, que leva em conta atores, processos, dinâmicas e fluxos, em perspectiva histórica de longa duração, impôs uma série de desafios ao pesquisador, tais como atentar para os anacronismos, para o jogo das escalas geográficas e gráficas, para o jogo das temporalidades e, sobretudo, para os grupos sociais e indivíduos, cujos papéis, na história longa, nem sempre são óbvios e lineares. Da escala da paisagem, ao território e ao mais reduzido artefato do espaço intraurbano, o professor Nestor nos mostrou ser possível verificar lógicas de apropriação, uso e transformação social, fruto de sujeitos desde sempre relacionados em rede a contextos geográficos diversos. Ensinar a olhar a história da urbanização como um caleidoscópio, como um perturbador jogo de espelhos, foi, sem dúvida, sua grande contribuição.

Se, nas décadas de 1950 a 1960, destaca-se o pesquisador, responsável pela institucionalização da pesquisa na FAU – eco de sua segunda formação em sociologia, o atento observador da realidade urbana brasileira, carente de explicação em moldes próprios, e o pioneiro formulador de teorias e métodos genuínos, a partir dos anos 80 aflora, com mais ênfase, sua vertente de investigador e teórico em tempo integral, especialmente interessado nas evidências materiais e seus registros gráficos, em busca de imagens iconográficas e cartográficas, que representam configurações espaciais de relações, processos e projetos sociais.

Quando o conheci, estava, portanto, em jogo, a reconstituição de uma equipe de pesquisa há muito esvaída, para dar suporte à nova fase de recolhas, viajando Brasil afora e para outros países, coligindo milhares de documentos visuais, que hoje integram uma coleção de mais de 30 mil exemplares. Imagens urbanas e territoriais de naturezas diversas – mapas, desenhos, pinturas, gravuras, projetos, fotografias, aerofotos e imagens de satélite – foram recolhidas e seriadas, embasando discussões sobre o processo de urbanização em nosso País, das vilas quinhentistas às cidades dispersas do século 21. Séries conexas de documentação textual e visual foram e estão sendo levantadas, em uma tarefa religiosa ininterrupta, e interpretadas à luz das mais variadas perguntas formuladas desde então. Podemos dizer que o grosso dos arquivos nacionais e estrangeiros foi vasculhado pela equipe do professor Nestor. Para além de encomendas feitas diretamente às instituições, ou pelos pesquisadores locais, tivemos a oportunidade de permanecer meses a fio em arquivos paulistas, pernambucanos, baianos, cariocas e portugueses, abrindo gavetas, deslumbrando-nos com objetos de rara beleza e conteúdos a serem desvelados.

Logo vieram a público os produtos desse trabalho árduo. Desde fins dos anos 80, sua produção bibliográfica, técnica e artística-cultural é invejável. Foram publicados 14 grandes e densos livros de sua exclusiva autoria, incluindo a reedição da *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil 1500-1720*¹² (2001), acompanhada das *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial* (2000)¹³, que ampliou o levantamento iconográfico e cartográfico realizado para a tese de livre-docência. Além disso, contabilizam-se 19 capítulos de livros, 74 artigos de jornais, 17 números dos 39 *Cadernos do LAP*¹⁴, diversos pareceres sobre diretrizes de conservação¹⁵, realizados, sobretudo mais recentemente, para o Iphan – conceituando e orientando políticas públicas de preservação de conjuntos arquitetônicos, conjuntos urbanísticos e paisagens culturais –, coordenação de pesquisas inéditas¹⁶ e 14 exposições.

A seriação de imagens e sua divulgação, em publicações, artigos de jornais e exposições, deram novos rumos à pesquisa sobre o Brasil urbano, estimulando estudos regionais que passaram a considerar a documentação visual como fonte para a História, e não mera ilustração.

Se cotejarmos as publicações e reedições, buscou-se formular explicações válidas para o Brasil como um todo, cuidando em atentar para as particularidades regionais, sem, no entanto, perder de vista seu lugar no quadro geral da urbanização. Quiçá por vínculos afetivos, ou pela urgência de respostas para a maior metrópole do País, o estado, a região metropolitana e a cidade de São Paulo foram merecedores de especial atenção, destacando-se os livros *Aspectos da história da engenharia civil em São Paulo*¹⁷ (1989), *São Paulo e outras cidades: produção e degradação dos espaços urbanos*¹⁸ (1994), *Memória do transporte rodoviário: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo*¹⁹ (1997), *São Paulo: vila, cidade, metrópole*²⁰ (2004), *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*²¹ (2006) e *Dois séculos de projetos no estado de São Paulo: grandes obras e urbanização*²² (2010). Em todos, mas especialmente nesse último – maturado desde o final da década de 1980, em três volumes, são analisados os projetos e atores envolvidos na apropriação e produção material do território e das cidades paulistas, delineando outra nova linha de investigação, que contempla os mecanismos e as práticas de apropriação fundiária, vinculados a empresários urbanos responsáveis pela modernização da infraestrutura e dos serviços. Esses homens enriqueciam com isso, tornando essa atividade um excelente negócio. Mais uma vez, o afã era mostrar que boa parte da história do Brasil esteve relacionada a uma gente urbana, e não rural, tese ensaiada desde a livre-docência, hoje reforçada por contribuições recentes de historiadores²³ e sociólogos²⁴.

Em sua obra, o Brasil urbano foi ganhando vida e contornos em perspectiva histórica de longa duração. Todas as suas dimensões foram enfrentadas, do território às cidades, das políticas públicas às ações individuais, da infraestrutura aos serviços e equipamentos, do casario comum ao palacete.

O ensino e a formação de arquitetos e engenheiros no Brasil²⁵, bem como a obra, o tipo de raciocínio e as escolhas projetuais de certos profissionais também não lhe passaram despercebidos, merecendo especial atenção Victor Dubugras²⁶.

Sem dissociar planejamento de preservação, tanto na teoria como na prática profissional, não menos importante tem sido sua contribuição para a conservação do patrimônio cultural e de paisagens culturais, cujos instrumentos das políticas públicas têm se mostrado insuficientes, diante da voracidade do descontrolado processo de urbanização atual.

Crítico por natureza, passado e presente se confundem na produção intelectual do professor Nestor, já que o primeiro sempre é mobilizado, para explicar e agir sobre o segundo. Prospecção e proposição andam juntas, em sua trajetória profissional, assim como teoria e prática, fruto de um olhar simultâneo de arquiteto, urbanista e sociólogo, não-conformista e comprometido em atuar e transformar a realidade.

Integrando uma admirável geração não-diletante, que caminhava pelas ruas, viajava pelo Brasil, admirava nossas peculiaridades e buscava respostas

para nossos problemas, sem se submeter a padrões estrangeiros que tanto deslumbram muitos de nossos pares, temos, na FAU, o privilégio de conviver com um verdadeiro *scholar*, um teórico com “T” maiúsculo, como raramente se vê hoje em dia na USP.

As fronteiras tênues entre o trabalho e o *hobby* conferiram magnitude aos resultados. Ele sempre me fala que o arquiteto-pesquisador tem a vantagem de mesclar viagem e trabalho e, mesmo encerrado em gabinete, continuar viajando. A paixão pelo ofício contamina-lhe o cotidiano, mesmo os momentos de puro lazer.

O legado vem sendo transmitido, por sua incansável militância em sala de aula – da graduação à pós –, nas orientações de mestrado, doutorado e pós-doutorado, e na presença cotidiana no Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), para os mais de 70 bolsistas de iniciação científica e aperfeiçoamento que por ali têm passado, desde sua criação, em 1992. O professor Nestor é daqueles raros mestres que se tornam inesquecíveis, não só por ministrar o conhecimento, mas por plantar a semente do entusiasmo.

Para viabilizar novas ideias e publicações, ele sempre orquestrou, concomitantemente, diversos projetos de pesquisa, financiados pelas múltiplas agências de fomento, órgãos oficiais e empresas vinculadas às leis de incentivo à cultura. Um trabalho de administração insano, que muito lhe rouba o sono, dado que, no Brasil, as condições de pesquisa diferem muito dos circuitos acadêmicos internacionais.

Por vezes, vejo-o ansioso com a finitude do tempo, pois há tantos livros em curso e outros por escrever. Nessas horas, lembrando-lhe de uma entrevista do escritor José Saramago, na qual ele dizia não tirar férias há 20 anos, dada a urgência de colocar a público escritos que, em seu caso, começaram tarde. São esses os dramas pessoais dos grandes mestres, cuja obra não se esgota no tempo de uma vida.

Posso afiançar que tenho o privilégio de compartilhar de todos esses momentos, sempre com o prazer de, em primeira mão, discutir ideias novas e ler as páginas embrionárias dos futuros livros. Ao meu mestre, só tenho a agradecer e desejar vida longa, para que novos trabalhos venham a público, iluminando a todos nós e abrilhantando a USP no que ela tem de melhor, ou seja, a missão de articular pesquisa, ensino e cultura, e extensão universitária.

NOTAS

¹ Um mês depois de formado, foi indicado para assistente da disciplina Arquitetura no Brasil.

² REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Pioneira, 1968. 138 p. - REIS FILHO, Nestor Goulart. *Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil Colonial: 1500/1720*. São Paulo: Museum; FAUUSP, 1964. 215 p. As pesquisas foram desenvolvidas entre 1959 e 1963.

³ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Urbanização e teoria*. São Paulo: FAUUSP, 1967. 127 p.

⁴ LEPETIT, Bernard. Arquitetura, geografia, história: usos da escala. In: SALGUEIRO, Heliana (Org.). *Por uma nova história urbana/ Bernard Lepetit*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 223.

- ⁵ REIS FILHO, N. G. Algumas raízes. Origens dos trabalhos de pesquisa sobre arquitetura, da urbanização e do urbanismo no Brasil. *Pós*, São Paulo, p. 40-45, 1994. Número especial. Anais de O estudo da história na formação do arquiteto.
- ⁶ Vide, a propósito, REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil. *Cadernos de pesquisa do LAP*, São Paulo, n. 29, 1999.
- ⁷ Sobre o contexto italiano, ler: CALABI, Donatella. A história urbana na Itália e na Europa. In: PONTUAL, Virgínia; LORETTI, Rosane (Org.). *Cidade, território e urbanismo: um campo conceitual em construção*. Olinda: CECI, 2009. p. 39-53.
- ⁸ Segundo Bernard Lepetit, “Até o final dos anos 1960, na França, por exemplo, a cidade não constitui verdadeiramente um objeto de pesquisa histórica”. LEPETIT, Bernard. Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade. In: SALGUEIRO, Heliana (Org.). *Por uma nova história urbana/Bernard Lepetit*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 39. Cabe lembrar que a população urbana francesa superou a rural em 1940, e, no Brasil, as populações rural e urbana se equivaleram em 1945, ocorrendo a predominância dessa última a partir de 1970.
- ⁹ Texto inédito, gentilmente cedido pelo professor Nestor Goulart Reis.
- ¹⁰ Lembrar, por exemplo, os estudos inaugurais de Pierre Lavedan, publicados em *Histoire de l’urbanisme*. Paris: Henri Laurens, v. 1, 1926.
- ¹¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970. 214 p. Coletânea de ensaios publicados no “Suplemento Literário” do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre 1963 e 1969, por indicação de Lourival Gomes Machado, em 1962. Alguns, com pequenos acréscimos, também aparecem em *Acrópole*, a revista especializada em assuntos de arquitetura.
- ¹² REIS, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil – 1500-1720. 2. ed. rev.e ampl. São Paulo: Pini, 2001. 239 p.
- ¹³ REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. Colaboradores: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Paulo Júlio Valentino Bruna. São Paulo: Edusp; Imesp; Fapesp, 2000, 411 p.
- ¹⁴ Revista de estudos sobre urbanismo, arquitetura e preservação, do Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação, primeiro do gênero, criado por ele na FAU, em 1992.
- ¹⁵ REIS, Nestor Goulart. *Estação Cultura: patrimônio ferroviário do povo de Campinas*. São Paulo: Via das Artes, 2004. 80 p. REIS, Nestor Goulart. *Parque Cientec – Parque da Ciência e Tecnologia da USP - Restauração do conjunto arquitetônico de importância histórica para abrigar atividades de difusão de ciência e tecnologia*. São Paulo: Edusp, 2003. 97 p.; REIS, Nestor Goulart. *Restauração do Palácio Campos Elíseos: Um marco na história de São Paulo*. São Paulo: Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2002. 64 p. Além dos pareceres publicados, deve-se ressaltar os ainda inéditos para Vitória, Porto Alegre, conjunto de edifícios do Bairro da Luz, em São Paulo, e Estação Mayrink. Na USP, foi o idealizador e primeiro presidente da Comissão de Patrimônio Cultural(CPC).
- ¹⁶ Consultorias, tais como: REIS, N. G. *Estudo sobre as minas de ouro e a formação das capitânicas do sul*, 2009; REIS, Nestor Goulart. *Normas de preservação do sítio de Pirenópolis para a Restarq e o Projeto Monumenta*, 2008.; REIS, N. G. *Inventário da obra de Robert Chester Smith*, 2010.
- ¹⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Aspectos da história da engenharia civil em São Paulo: 1860-1960*. São Paulo: CBPO; Kosmos, 1989. 255 p.
- ¹⁸ _____. *São Paulo e outras cidades: produção e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994. 215 p. O livro reúne um conjunto de artigos publicados no “Caderno de Sábado” do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, entre maio e setembro de 1990.
- ¹⁹ REIS, Nestor Goulart. *Memória do transporte rodoviário: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo*. São Paulo: CPA Consultoria de Projetos e Artes, 1997. 150 p.
- ²⁰ _____. *São Paulo: vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Bank Boston, 2004. 259 p.
- ²¹ _____. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006, 201 p.
- ²² _____. *Dois séculos de projetos no estado de São Paulo: grandes obras e urbanização*. São Paulo: Edusp; Imesp, 2010. 3 v. (v. 1 – 1800-1889; v. 2 – 1889-1930; v. 3 – 1930-2000).

²³ FRAGOSO, José Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

²⁴ CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.

²⁵ REIS, Nestor Goulart (Coord.). *100 Anos de ensino de arquitetura e urbanismo em São Paulo*. São Paulo: Fapesp; Fupam; CBPO; Via das Artes, 1996. 96 p.

²⁶ _____. *Victor Dubugras: precursor da arquitetura moderna na América Latina*. São Paulo: Via das Artes, 2005. 144 p.; REIS, Nestor Goulart. *Racionalismo e protomodernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1997. 211 p.

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Graduada em História, pela Universidade de São Paulo, e em Artes Plásticas, pela Fundação Armando Álvares Penteado, doutora em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora doutora MS3 – RDIDP do AUH-FAUUSP, atuando, principalmente, nos seguintes temas: história da urbanização e do urbanismo no Brasil; cultura profissional dos arquitetos e engenheiros; história do mercado imobiliário em São Paulo; e história da cartografia.
biabueno@ig.com.br